



SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 30 de junho de 2021

**Relatório de Auditoria Independente
Relatório de Administração
Balanço Patrimonial
Demonstração de Resultado
Demonstração do Patrimônio Líquido
Demonstração dos Fluxos de Caixa
Demonstração do Resultado Abrangente
Demonstração dos Recursos de Consórcio
Demonstração de Variações nas Disponibilidades de Grupos
Notas Explicativas**

As demonstrações do período foram divulgadas em 31/08/2021 no endereço eletrônico <https://www.sinosserra.com.br/resultados/>

A administração se responsabiliza pelo conteúdo dos documentos contidos no presente arquivo.

Guilherme Zugno Reis
Diretor Responsável pela Contabilidade

Katia Cristina Reichert de Andrade
Contadora CRC-RS: 085035/O

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, é com satisfação que submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Sinosserra Administradora de Consórcio S/A, colocamo-nos à inteira disposição para quaisquer esclarecimentos que julguem necessários.

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos
Diretores e Acionistas da
SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as Demonstrações Financeiras da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa, do seu resultado abrangente, das variações nas disponibilidades dos grupos e dos recursos coletados e utilizados dos grupos para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.** em 30 de junho de 2021, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações do seu fluxo de caixa, as variações do seu resultado abrangente, as variações nas disponibilidades dos grupos e a movimentação dos recursos coletados e utilizados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidade do auditor pela auditoria das Demonstrações Financeiras”. Somos independentes em relação à entidade de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as Demonstrações Financeiras e o Relatório do Auditor

A administração da entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as Demonstrações Financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no

trabalho realizado, concluímos que há uma distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a declarar a este respeito.

Responsabilidade da Administração sobre as Demonstrações Financeiras

A administração da empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de Demonstrações Financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das Demonstrações Financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das Demonstrações Financeiras.

Responsabilidade do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Nosso objetivo é obter segurança razoável de que as Demonstrações Financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar

os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil, de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possa causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da entidade. Concluimos que existe uma incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a entidade a não mais se manter em continuidade operacional.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das Demonstrações Financeiras do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública de um assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deveria ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação poderiam, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Auditoria dos Valores Correspondentes ao Exercício Anterior

As Demonstrações Financeiras levantadas em **31/12/2020**, apresentadas para fins de comparabilidade, também foram por nós auditadas sendo emitido relatório de auditoria independente em **18 de março de 2021**, sem ressalvas.

Porto Alegre, 17 de agosto de 2021.



BARBACOVI & CIA. - AUDITORES INDEPENDENTES
CRC/RS 2735 – CVM 5622

Antenor Barbacovi
Contador CRC/RS 32.825/O-2
CPF 218.610.800-34
CNAI 322

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanco Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em R\$ mil)

ATIVO

	30/06/2021	31/12/2020
<u>Circulante</u>	<u>19.606</u>	<u>17.489</u>
Caixa e Bancos	39	19
Títulos e Valores Mobiliários	18.073	15.718
Serviços Prestados a Receber	62	218
Adiantamento e Antecipações Salariais	78	96
Impostos a Recuperar	43	232
Devedores p/ Compra de Bens	566	494
Devedores p/ Compra de Participações	666	647
Devedores Diversos - País	45	50
Despesas Antecipadas	34	15
<u>Não Circulante</u>	<u>40.485</u>	<u>41.093</u>
Realizável a Longo Prazo		
Devedores p/ Compra de Bens	2.132	2.354
Devedores p/ Compra de Participações	6.240	6.376
Impostos Diferidos a Compensar	280	215
Recursos Ajuizados Grupos Encerrados	9.742	8.840
Aplicações em Quotas de Consórcios	216	200
Empréstimos a Grupos	16.358	17.593
Devedores por Depósito em Garantia	511	493
Investimentos em Imóveis	4.603	4.603
Imobilizado em Uso	398	413
Intangível	5	6
<u>Total do Ativo</u>	<u><u>60.091</u></u>	<u><u>58.582</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Balanco Patrimonial Levantado
em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>	<u>33.189</u>	<u>34.261</u>
Dividendos a Pagar	0	570
Fiscais e Previdenciárias	602	641
Provisão para Pagamentos a Efetuar	82	126
Provisão para Férias e 13 Salário c/Encargos	313	199
Credores Diversos - País	2.906	2.836
Recursos a Devolver a Consorciados	28.876	29.243
Provisão p/Contingências Trabalhistas	410	646
<u>Não Circulante</u>	<u>9.944</u>	<u>9.055</u>
Impostos Diferidos	202	215
Obrigações Ajuizadas Grupos Encerrados	9.742	8.840
<u>Patrimônio Líquido</u>	<u>16.958</u>	<u>15.266</u>
Capital Social	4.500	4.500
Reserva de Capital	510	510
Reservas de Lucros	12.076	10.384
Ações em Tesouraria	(128)	(128)
<u>Total do Passivo</u>	<u><u>60.091</u></u>	<u><u>58.582</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Resultado Levantado
em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em R\$ mil)

	1º Sem/2021	1º Sem/2020
<u>Receitas Operacionais</u>	11.919	9.924
Receita de Prestação de Serviços	9.957	8.920
Rendas de Títulos e Valores Mobiliários	227	304
Outras Receitas Operacionais	1.735	700
<u>Despesas Operacionais</u>	(9.398)	(9.049)
Despesas com Pessoal	(2.094)	(1.691)
Despesas Tributárias	(1.529)	(1.332)
Despesas Administrativas	(4.973)	(5.414)
Despesas Financeiras	(107)	(146)
Outras Despesas Operacionais	(766)	(417)
Resultado Extraordinário	71	(49)
Resultado antes da Tributação s/Lucros	2.521	875
Imposto de Renda	(602)	(189)
Contribuição Social	(227)	(74)
Resultado Líquido do Exercício	<u>1.692</u>	<u>612</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Levantadas
em 30 de Junho de 2021 e 2020
(Em R\$ mil)

Eventos/Contas	Capital Social	Reserva Capital Ágio Alienação Ações Próprias	Reservas de Lucros			Ações em Tesouraria	Lucros Acumulados	Total
			Legal	Aumento de Capital	Amortização Prejuízos			
Saldo em 31/12/2019	4.500	510	997	771	230	6.554	0	13.562
Aquisição de Ações Próprias	0	0	0	0	0	0	(112)	(112)
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	612
Destinação do Resultado Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	612	0	(612)
Saldo em 30/06/2020	4.500	510	997	771	230	7.166	(112)	14.062
Saldo em 31/12/2020	4.500	510	1.117	771	230	8.266	(128)	15.266
Resultado do Período	0	0	0	0	0	0	0	1.692
Destinação do Resultado Reserva de Lucros Retidos	0	0	0	0	0	1.692	0	(1.692)
Saldo em 30/06/2021	4.500	510	1.117	771	230	9.958	(128)	16.958

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Fluxo de Caixa Levantado
em 30 de Junho de 2021 e 2020
(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2021</u>	<u>1º Sem/2020</u>
<u>Fluxo das Atividades Operacionais</u>	3.120	(856)
Resultado Líquido do Exercício	1.692	612
Ajustes ao Resultado:		
Despesas de Depreciação e Amortização	33	23
Baixas Imóveis (Investimentos)	120	0
Baixas Imobilizado	39	0
Provisão para Contingências Trabalhistas	(236)	81
Impostos Diferidos a Compensar	(65)	2
Provisão para Impostos Diferidos	(13)	(17)
Variações no Ativo Circulante		
Serviços Prestados a Receber	156	(38)
Adiantamento e Antecipações Salariais	18	(10)
Impostos a Recuperar	189	51
Devedores p/ Compras de Bens	(72)	37
Devedores p/Compras Participações	(19)	89
Devedores Diversos - País	5	(42)
Despesas Antecipadas	(19)	(30)
Variações no Passivo Circulante		
Fiscais e Previdenciárias	(39)	625
Provisão para Pagamentos a Efetuar	(44)	84
Provisão Férias e 13º Salário	114	124
Credores Diversos - País	70	(144)
Recursos a Devolver a Consorciados	(367)	(396)
Variações no Ativo Não Circulante		
Devedores p/ Compra de Bens	222	412
Devedores p/Compras Participações	136	(175)
Aplicações em Cotas de Consórcios	(17)	0
Empréstimos a Grupos	1.235	(1.989)
Devedores por Depósito em Garantia	(18)	(43)
Variações no Passivo Não Circulante		
Obrigações Fiscais e Previdência	0	(112)
<u>Fluxo das Atividades de Investimento</u>	(175)	908
Títulos e Valores Mobiliários	0	1.163
Aquisição de Investimentos (Imóveis)	(120)	(46)
Aquisição de Imobilizado	(55)	(209)
<u>Fluxo das Atividades de Financiamento</u>	(570)	(944)
Dividendos Propostos/Pagar	(570)	(832)
Ações em Tesouraria	0	(112)
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>2.375</u>	<u>(892)</u>
<u>Caixa e Equivalentes de Caixa</u>		
No Início do Exercício	15.737	7.540
No Final do Exercício	18.112	6.648
<u>Variações do Caixa e Equivalentes de Caixa</u>	<u>2.375</u>	<u>(892)</u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração do Resultado Abrangente
em 30 de Junho de 2021 e 2020

(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2021</u> <u>30/06/2021</u>	<u>1º Sem/2020</u> <u>30/06/2020</u>
Resultado Líquido do Exercício	1.692	612
Juros Selic s/ Ganhos Ações	0	0
Lucro c/ação CPMF	0	0
Impostos sobre Lucro	0	0
Resultado Abrangente	<u><u>1.692</u></u>	<u><u>612</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em R\$ mil)

ATIVO

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>	<u>210.791</u>	<u>194.101</u>
Disponibilidades	163	165
Aplicações Financeiras	75.075	68.921
Outros Créditos	135.553	125.015
Contribuições a Receber Normais	116.520	107.387
Contribuições a Receber Atraso	2.511	2.244
Contribuições a Receber Ajuizadas	16.522	15.384
<u>Compensação</u>	<u>933.933</u>	<u>871.859</u>
Prev. Mensal Recursos a Receber de Consorciados	4.488	4.249
Contribuições Devidas aos Grupos	501.816	469.110
Consoiciados - Bens a Contemplar	427.629	398.500
<u>Total do Ativo</u>	<u><u>1.144.724</u></u>	<u><u>1.065.960</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração dos Recursos de Consórcio Levantada em
em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em R\$ mil)

PASSIVO

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>Circulante</u>	<u>210.791</u>	<u>194.101</u>
Obrigações com Consorciados	64.264	56.947
Valores a Repassar	6.690	6.450
Obrigações com Contemplações	59.551	53.859
Obrigações com a Administradora	9.404	10.560
Recursos a Devolver a Consorciados Ativos	44	42
Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes	57.230	53.665
Recursos do Grupo	13.608	12.578
<u>Compensação</u>	<u>933.933</u>	<u>871.859</u>
Recursos Mensais a Receber de Consorciados	4.488	4.249
Obrigações do Grupo	501.816	469.110
Bens a Contemplar	427.629	398.500
<u>Total do Passivo</u>	<u><u>1.144.724</u></u>	<u><u>1.065.960</u></u>

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42
Demonstração das Variações das Disponibilidades dos Grupos Levantada
em 30 de Junho de 2021 e 31 de Dezembro de 2020

(Em R\$ mil)

	<u>1º Sem/2021</u>	<u>2º Sem/2020</u>
<u>Disponibilidades no Início do Período</u>	69.086	78.950
Depósitos Bancários	165	261
Aplicações Financeiras	68.921	78.689
(+)Recursos Coletados	54.807	54.086
Contribuições p/Aquisição de Bens	40.396	41.563
Taxa de Administração	9.517	9.618
Contribuição ao Fundo de Reserva	248	272
Rendimentos de Aplicações Financeiras	440	117
Multas e Juros	(73)	215
Prêmios de Seguros	933	931
Outros	3.346	1.370
(-)Recursos Utilizados	48.655	63.950
Aquisição de Bens	28.058	50.058
Taxa de Administração	9.674	9.542
Multas/Juros Repass.Administradora	74	113
Prêmios de Seguros Pagos	938	933
Devoluções a Consorciados Desligados	1.920	548
Outros	7.991	2.756
<u>Disponibilidades no Final do Período</u>	75.238	69.086
Depósitos Bancários	163	165
Aplicações Financeiras	75.075	68.921

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações financeiras)

SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.
CNPJ 87.852.273/0001-42

**Notas Explicativas das Demonstrações Financeiras Levantadas
em 30 de Junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020
Em R\$ Mil**

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A **SINOSSERRA ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS LTDA.**, é uma sociedade limitada, com sede na Rua Cândia Gomes, nº 344, Porto Alegre - RS, que tem por objetivo a administração de consórcios destinados à aquisição de bens de consumo durável por seus participantes.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais levam em consideração as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações – Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 e 11.941/09, nos Pronunciamentos, Orientações e nas Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), homologados pelos órgãos reguladores e também às normas do Banco Central do Brasil, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

A Administração entende que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição financeira e patrimonial, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, as variações dos seus fluxos de caixa, as variações dos recursos de consórcios e as variações nas disponibilidades dos grupos.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas Demonstrações Financeiras estão descritas a seguir:

a) Estimativas Contábeis

A elaboração de Demonstrações Financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Empresa use julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, impostos diferidos, provisão para contingências e mensuração de instrumentos financeiros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Empresa revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo denominados em reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos não superiores a 90 dias, ou para os quais inexitem multas ou quaisquer outras restrições de resgate imediato.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros e, incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e outros recebíveis, empréstimos e financiamentos, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros que não sejam reconhecidos pelo valor justo através do resultado, são acrescidos de quaisquer custos de transações diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme descrito abaixo:

c.1) Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado, se a Empresa gerencia esses investimentos e toma decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

c.2) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado, por meio de utilização do método de taxa efetiva de juros, reduzidos por eventuais reduções no valor recuperável.

d) Ajuste a Valor Presente de Ativos e Passivos

Os ativos e passivos monetários, quando aplicável, são ajustados pelo seu valor presente no registro inicial da transação, levando em consideração os fluxos de caixa contratuais, a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos e as taxas praticadas no mercado para transações semelhantes. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado, por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos contratuais. A empresa não identificou valores no longo prazo e, relevantes no curto prazo, a serem ajustados ao valor presente.

e) Imobilizado

Os ativos imobilizados são registrados pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado de juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção. Nos termos da Lei nº. 11.638/2007, as depreciações dos ativos foram computadas com base na vida útil do bem, de acordo com as taxas informadas na Nota Explicativa nº 09, considerando o valor residual esperado. Melhorias nos bens existentes são acrescidas ao imobilizado e, custos de manutenção e reparo são lançados a resultado quando incorridos.

f) Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e provisão perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis são representados por aquisições de software e taxas de manutenção de marca.

g) Avaliação do Valor Recuperável dos Ativos

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

h) Outros Ativos e Passivos (circulantes e não circulantes)

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Empresa e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Empresa possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridas. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

i) Passivos Contingentes e Obrigações Legais

As práticas contábeis para registro e divulgação de passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: **(i)** passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e, os passivos contingentes, avaliados como perdas remotas não são provisionados e, tampouco, divulgados; **(ii)** obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as probabilidades de êxito, de eventuais processos em que a Empresa questionou a inconstitucionalidade de tributos.

j) Imposto de Renda e Contribuição Social

Foram calculados pelas alíquotas regulares de 15% acrescida de 10% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social, sendo apurados com base no lucro real.

k) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime de competência, observado o regime pro rata dia, exceto quanto à taxa de administração e as comissões de vendas, que são registradas pelo regime de caixa, conforme determinam as normas do Banco Central do Brasil.

NOTA 04 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – CIRCULANTE

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Cotas de Fundos Referenciado	4.412	5.504
Cotas de Fundos Multimercado	0	1.049
Letras Financeiras Renda Fixa (a)	13.661	9.165
Total	<u>18.073</u>	<u>15.718</u>

(a) Nota explicativa 14/item d.

NOTA 05 – IMPOSTOS DIFERIDOS A COMPENSAR

Valor referente a CSLL e IRPJ sobre provisões cíveis e trabalhistas.

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisões Trabalhistas	100	100
Provisões Representantes	310	310
Provisões Para outros Pagamentos	414	223
(=) Diferenças Temporárias – IRPJ	<u>824</u>	<u>633</u>
IRPJ 25%	206	158
CSLL 9%	74	57
Total	<u>280</u>	<u>215</u>

NOTA 06 – RECURSOS AJUIZADOS DE GRUPOS ENCERRADOS

Os recursos ajuizados são valores a receber e bens apreendidos, referentes a grupos encerrados, cujos controles encontram-se na Administradora, estando esta obrigação registrada na conta “Obrigações Ajuizadas de Grupos Encerrados – Passivo Não Circulante”.

NOTA 07 – APLICAÇÕES EM QUOTAS DE CONSÓRCIOS

Trata-se de aplicações em cotas de consórcios, onde a Administradora somente irá resgatar os valores após a contemplação de todos os demais participantes.

NOTA 08 – EMPRÉSTIMOS A GRUPOS

Referem-se a valores aportados nos grupos de consórcios. Na medida em que os recursos são cobrados os mesmos são devolvidos para a Administradora.

NOTA 09 – IMOBILIZADO

Contas	Taxa % Deprec.	Em Milhares de Reais	
		30/06/2021	31/12/2020
Móveis e Utensílios	2 a 8%	219	219
Sistemas de Segurança	10%	135	135
Computadores e Periféricos	5 a 13%	189	190
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros	10%	85	85
Veículos	10%	319	306
Custo Histórico Corrigido		947	935
(-) Depreciações Acumuladas		(549)	(522)
Valor Residual Contábil		398	413

NOTA 10 – OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

Referem-se a contribuições e retenções incidentes sobre folha de pagamento e impostos incidentes sobre faturamento, os quais são apropriados e recolhidos mensalmente.

NOTA 11 – VALORES A DEVOLVER A CONSORCIADOS DESLIGADOS

Estão representados, basicamente, por recursos a distribuir relativos a fundo de reserva e as obrigações a pagar a consorciados desistentes de grupos encerrados. Os mesmos se encontram a disposição dos beneficiários.

NOTA 12 – PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS JUDICIAIS TRABALHISTAS

As ações judiciais (trabalhistas) foram provisionadas com base em opinião de assessores jurídicos, quando da notificação judicial e cujo risco de perda é considerado provável (perda em primeira instância ou instâncias superiores).

NOTA 13 - PROVISÃO IMPOSTOS SOBRE LUCRO DIFERIDO

Trata-se de provisão de IRPJ e CSLL incidentes sobre ativos reavaliados, sendo realizada à medida que os ativos são depreciados ou alienados.

NOTA 14 – PARTES RELACIONADAS

a) Devedores por Compras de Bens (Ativo)

Valor referente à venda de imóveis não de uso. As parcelas são atualizadas pelas variações do IGP-M e geraram uma receita financeira de R\$ 64 (mil) no 1º semestre de 2021 e R\$ 51 (mil) no 2º semestre de 2020.

Partes Relacionadas	Circulante		Não Circulante	
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Sinoscar S.A.	300	294	925	1.054
Zugno & Masbo Ltda	201	200	1.207	1.300
Terceiros	65	0	0	0
Total	566	494	2.132	2.354

b) Devedores por Compra de Participações (Ativo)

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber pela venda de participações as empresas Companhia de Participações Sinosserra (ligada) e Themar Participações Ltda. (controladora), gerando uma receita financeira de R\$ 207 (mil) no 1º semestre de 2021 e de R\$ 209 (mil) no 2º semestre de 2020.

Parte Relacionada	Objeto	Circulante		Não Circulante	
		30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Themar Part. Ltda.	Venda ações em tesouraria	140	136	1.460	1.480
Themar Part. Ltda.	Venda participação Therreno	526	511	4.780	4.896
Total		666	647	6.240	6.376

c) Títulos e Valores Mobiliários – Ativo Circulante

O valor de R\$ 13.661 (mil) refere-se à letra de câmbio pós-indexada, adquirida junto à empresa ligada Sinosserra Financeira S.A., com data de vencimento até 30/12/2021.

d) Operações com Empresas Ligadas

A empresa contratou a Sinosserra Prestação de Serviços de Relacionamento e Atendimento ao Cliente Ltda. para que esta prestasse serviços na área de cobranças, resultando

em uma despesa de R\$ 867 (mil) no 1º semestre de 2021 e de R\$ 1.130 (mil) no 2º semestre de 2020.

A empresa pagou comissões de vendas e serviços de manutenção de veículos às ligadas Sinoscar S.A. e Guaibacar Veículos e Peças Ltda. nos valores de R\$ 13 (mil) no 1º semestre de 2021 e de R\$ 16 (mil) no 2º semestre de 2020. Pagou também pagou aluguéis para a empresa ACASA no valor de R\$ 12 (mil) no 1º semestre de 2021 e o mesmo valor no 2º semestre de 2020.

A empresa investe em títulos de câmbio (com vencimento de até 12 meses) junto a sua ligada Sinosserra Financeira Ltda. S.A. (Nota Explicativa 04).

NOTA 15 – IMPOSTOS DIFERIDOS S/RECEITAS

Valor referente a diferimento de resultado de venda de ativo permanente a ser realizado em exercício seguinte:

<u>Descrição</u>	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas Venda Bens Ativo Permanente	806	859
Alíquota	<u>25%</u>	<u>25%</u>
(=) IRPJ Diferido	<u><u>202</u></u>	<u><u>215</u></u>

NOTA 16 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital Social** - O capital social, totalmente subscrito e integralizado, está representado por 4.500.000 ações, todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

b) **Reserva de Lucros Retidos**

A parcela não distribuída dos lucros, que monta em R\$ 1.692 (Mil), foi destinada para a reserva de lucros retidos para futura destinação: aumento de capital, ou distribuição de lucros.

NOTA 17 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DOS GRUPOS DE CONSÓRCIO

a) **Grupos de Consórcio**

	<u>30/06/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Grupos Administrados	18	20
Bens Entregues	237	692
Bens Pendentes de Entrega	438	500
Taxa de Inadimplência	7,10%	7,87%
Consorticiados Ativos	5.236	5.330
Desistentes e Excluídos no ano	287	652

- b) Aplicações Financeiras** - Representam os recursos disponíveis e outros ainda não utilizados pelos grupos de consórcio, ou aplicações efetuadas em nome de consorciados contemplados as quais são mantidas em conta para aplicação diária em operações à ordem do Banco Central do Brasil. Os rendimentos dessas aplicações são incorporados ao fundo comum e/ou fundo de reserva de cada grupo ou consórcio contemplado, diariamente, não incidindo sobre estes a taxa de administração.
- c) Bens Apreendidos** - Destina-se ao registro de bens apreendidos de clientes inadimplentes.
- d) Contribuições a Receber Normais** - São registrados os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados.
- e) Contribuições a Receber em Atraso** - Registra os valores devidos a título de fundo comum e de fundo de reserva, a receber de consorciados contemplados em atraso.
- f) Contribuições a Receber Ajuizadas** - Registra o valor das contribuições a receber de consorciados contemplados que estejam em atraso, com ação ajuizada.
- g) Previsão Mensal de Recursos a Receber de Consorciados – Compensado** - Nesta conta é registrada a previsão de recebimentos de contribuições ao fundo comum e de reserva de consorciados ativos para o mês de **Julho de 2021** sendo que o montante foi calculado com base no preço do bem vigente em **30 de junho de 2021**, conforme determina a Circular nº 2.381/93 do Banco Central do Brasil.
- h) Contribuições Devidas aos Grupos** - Referem-se ao valor total das contribuições ao fundo comum e de reserva devidas pelos consorciados ativos até o final do grupo.
- i) Consorciados - Bens a Contemplar** - Referem-se ao valor dos bens a serem contemplados em assembleias futuras até o final do grupo, calculado com base no preço do bem vigente no período.
- j) Obrigações com Contemplações** - Nesta conta são registrados os créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias.
- k) Recursos a Devolver a Consorciados Ativos** - Representam os recursos a devolver referentes ao rateio de encerramento do grupo ou pelos excessos de amortização.

l) Recursos a Devolver a Consorciados Desistentes - Nesta conta são registrados os recursos a serem devolvidos aos consorciados desistentes e excluídos quando do encerramento do grupo, representados por valores efetivamente recebidos para aquisição do bem e fundo de reserva, acrescidos da remuneração contratual.

m) Recursos do Grupo - Nesta conta são registrados os recursos do grupo a serem rateados aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo, formado pelos valores recebidos a título de fundo de reserva acrescido dos respectivos rendimentos financeiros.

Porto Alegre, 13 de agosto de 2021.

ANDRÉ JACOBUS BERLITZ
Diretor

GUILHERME ZUGNO REIS
Diretor

DIEGO ZUGNO KULCZYNSKI
Diretor

KÁTIA C. REICHERT DE ANDRADE
Contadora CRC/RS 85.035/O-6